

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFMGD

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS CENSITÁRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MATO GROSSO DO SUL

Milene Do Nascimento Sousa (milenens.340@gmail.com)

Roselaine Bonfim De Almeida (roselainealmeida@ufgd.edu.br)

A agricultura familiar é importante para o país porque ela produz parte significativa dos produtos agropecuários, além de gerar renda e empregar um considerável número de pessoas. Entretanto, para que ela possa crescer cada vez mais os formuladores de políticas públicas precisam entender melhor quem são e como estão organizados os estabelecimentos desses produtores rurais. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar as características censitárias da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. Isso, para identificar fatores que caracterizem esse estado e, eventualmente, respondam pelo êxito no acesso as políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória a partir de dados secundários do Censo Agropecuário de 2017 e de dados financeiros sobre o Pronaf disponibilizados pelo Banco Central. Pelos dados obtidos através da pesquisa, percebe-se que existem mais de 70 mil estabelecimentos agropecuários em Mato Grosso do Sul, das quais mais de 60% são de agricultura familiar, mas apenas 3,91% ocupam as terras cultivadas. A maioria dos agricultores familiares é proprietária de suas terras, seguida pelos assentados que aguardam a titulação definitiva. Além disso, constatou-se um aumento na participação feminina, com 22,97% dos agricultores familiares do Mato Grosso do Sul sendo mulheres. Verificou-se também que a maioria dos agricultores familiares possui baixo nível de escolaridade, sendo que menos de 10% deles concluíram o ensino médio, e apenas 21,79% dos agricultores familiares receberam algum tipo de orientação técnica. Vale ressaltar que embora a pecuária e a produção agrícola temporária sejam as principais atividades econômicas da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, a agricultura familiar predomina nas lavouras temporárias, enquanto a agricultura não familiar ocupa a maioria das terras. Os resultados ainda mostram que um número significativo de agricultores familiares no Brasil não possui Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é necessária para

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFGD

acessar o Pronaf. Por fim, a Agricultura Familiar no estado de Mato Grosso do Sul enfrenta desafios como regularização fundiária, educação rural, igualdade de gênero e acesso a financiamentos e assistência técnica. Para promover o seu desenvolvimento sustentável, são necessárias políticas públicas abrangentes e colaborativas que permitam aos agricultores familiares desempenhar um papel importante no desenvolvimento rural do estado, contribuindo para a segurança alimentar, a geração de renda e o desenvolvimento sustentável.

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFGD

ANÁLISE DO IMPACTO DA COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO E NAS CONDIÇÕES DE SAÚDE NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL

Cleber Cesar Manoel Da Silva (clebercelis2002@gmail.com)

Roselaine Bonfim De Almeida (roselainealmeida@ufgd.edu.br)

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde caracterizou a Covid-19 como uma pandemia, ou seja, a doença já estava mundialmente disseminada. A crise de saúde gerada pela covid-19 teve muitos impactos na vida da população, não apenas relacionados às questões de saúde, mas também impactos econômicos e sociais. As medidas de distanciamento social e o lockdown realizado em algumas localidades diminuíram a atividade econômica, tendo impacto direto no mercado de trabalho e na renda da população. Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo analisar o impacto da covid-19 no mercado de trabalho e nas condições de saúde no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória a partir de dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD COVID-19), que foi organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo as estimativas da PNAD COVID-19, em novembro de 2020 aproximadamente 8 milhões de pessoas (3,8% da população) estavam exibindo sintomas de qualquer uma das síndromes de gripe estudadas pela pesquisa. Este número tende a cair em todos os meses desde o início da pesquisa (maio de 2020). Diante disso, observa-se que o mês de maio apresentou uma taxa de 11,4% no número de pessoas com alguns sintomas, em junho essa taxa foi de 7,3%, 6,5% em julho, 5,7% em agosto e 5,7% em setembro, 4,4% em outubro, e 3,7% em novembro. Ademais, 0,4% da população média relataram que houve uma perda de olfato ou paladar e 0,2% da população afirmou apresentar sintomas de tosse. Outros registros apontam diagnósticos de febre e dificuldade para respirar, equivalente a 337 mil pessoas, e 258 mil pessoas relataram sintomas de tosse, febre e dor no peito. Ainda, 0,5% da população apresentou uma combinação de sintomas da síndrome influenza, que podem estar relacionados à COVID-19. No Brasil, de maio a novembro de 2020, 4,4 milhões de pessoas estavam afastados durante a semana de referência da pesquisa e 2,1 milhões estavam afastados devido ao

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFGD

distanciamento social. Entretanto, estes indicadores foram diminuindo à medida que as restrições de quarentena foram reduzidas em todo o Brasil. Com relação ao emprego, houve um aumento das taxas de desemprego. Em Mato Grosso do Sul, segundo o Boletim Epidemiológico Covid-19 do governo do estado foram 373 mil casos e 9,5 mil mortes no mesmo período. Com base nessas informações pode-se concluir que o pior momento para a economia e para a população foi no início da pandemia. Conforme o tempo foi passando e as vacinas começaram a ser distribuídas houve uma melhora dos indicadores econômicos e de saúde. Por fim, essa pesquisa tentou mostrar de forma mais simples para a sociedade os impactos da pandemia para a economia e a saúde.

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFGD

PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS NO BRASIL

Lucas Lemos Ferraz (lemosferrazlucas@gmail.com)

Lucas Silva Ramos (lucas_smramos@hotmail.com)

Jonathan Gonçalves Da Silva (jonathandasilva@ufgd.edu.br)

O Brasil tem grande relevância no âmbito internacional sobretudo no que diz respeito ao agronegócio, a agropecuária representou 48,1% das exportações no ano de 2022. Abrangendo especificamente a agricultura, é de extrema importância analisar as variáveis que permitem que as produtividades das lavouras estejam no seu potencial máximo. O objetivo deste artigo é analisar a relação do crescimento da produtividade das lavouras mediante as seguintes variáveis: pessoal ocupado, agrotóxicos, adubo, crédito, capital. O aumento da demanda por alimentos fez com que novas técnicas de plantio fossem criadas, e umas das variáveis que contribuem para melhor utilização do solo é os agrotóxicos, que tem relação direta com o crescimento da produtividade, no entanto, os pesticidas fazem mal a saúde, logo faz-se necessário políticas públicas para lidar com o uso em excesso dos mesmos. A partir dos anos 1980, os agrotóxicos passaram a ser melhor regulamentados, com a criação da lei nº 7.802/89, que dispôs do uso, regulamentação e organização desses pesticidas. Essa lei estabelece que os agrotóxicos somente podem ser utilizados no país se forem registrados em órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura. Para a realização desta análise aplicada, utilizou-se regressão múltipla para estimar os resultados esperados, a qual produtividade era a variável dependente, e pessoal ocupado, agrotóxicos, adubos, crédito, capital e as variáveis independentes. Os resultados deste cálculo mostraram que existe uma relação negativa entre pessoal ocupado e produtividade, a variação em 1% de em pessoas ocupadas diminui em 0,14% a produtividade. As outras variáveis, em exceto adubo, que deu não significativo, apresentaram relação positiva, a variação de 1% com gastos com agrotóxicos aumenta a produtividade em 0,04%, já o aumento de 1% no crédito rural, leva a um crescimento de 0,03%, e por último a variação em 1% de capital investido, gera

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFGD

um aumento de 0,16% na produtividade. Conclui-se então, que a variáveis significativas tem relação direta com crescimento da produtividade, ou diminuição, que seria o caso de pessoal ocupado.

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFGD

WINE ECONOMICS NO BRASIL: ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DO SETOR VITIVINÍCOLA

Matheus Dorneles E Silva Dos Reis (matheusdorneles.md@gmail.com)

Paulo Henrique De Oliveira Hoeckel (paulohoeckel@ufgd.edu.br)

A produção de vinho brasileira passou por um processo de modernização, com a introdução de novas técnicas de plantio e vinificação e adoção de tecnologia mais avançada. Mesmo assim, a indústria vitivinícola brasileira enfrenta desafios como alta carga tributária, falta de investimento em pesquisa e inovação e concorrência com vinhos importados mais baratos. Porém, o potencial do mercado interno, a crescente demanda por vinhos e o aumento do reconhecimento internacional direcionam para um futuro promissor para o setor.

Objetivou-se analisar a competitividade do setor vitivinícola no Brasil, buscando conhecer a dinâmica do mercado para subsidiar a tomada de decisão e políticas que busquem aumentar a eficiência econômica e concorrencial das empresas vitivinícolas. Assim, são analisados dados de 1975 à 2019 de produção, exportação, importação e indicadores de competitividade da Annual Database of Global Wine Markets (ANDERSON; PINILLA, 2021).

A análise dos dados mostra uma tendência de crescimento (cerca de 41%) na participação da produção Brasileira em relação à produção mundial, quando comparado a série inicial em 1975 ao período final em 2019. A participação do Brasil no volume mundial de importação de vinho cresceu significativamente, chegando a aproximadamente 0,8% em 2019, um crescimento de 87% em relação a 1975, quando o montante era de 0,1%.

Em relação ao índice de vantagem comparativa revelada (VCR) do vinho a partir de 1990 o Brasil passa a ter um crescimento em relação a competitividade, porém esse crescimento durou até meados dos anos 2000, quando verifica-se um decréscimo continuado com perda de competitividade. O índice de especialização do volume de comércio de vinhos oscilou durante o período analisado, tendo um período de pico entre os anos 1990 e 1995 aonde alcançou um indicador positivo porém abaixo de 0,25 pontos percentuais, tendo a partir daí um decréscimo constante atingindo valores mínimos após o ano

IX ENEPEX/ XIII EPEX-UEMS E XVII ENEPE-UFGD

de 2015. O mesmo movimento de tendência temporal é verificado para o índice de especialização do valor comercial do vinho, porém o mesmo não obteve sinal positivo ao longo da análise.

O índice de especialização do volume de comércio de vinhos é baixo em comparação com outros países produtores de vinho, em 1975 o índice era de -0,71, em 2019 passou a ser -0,96, uma queda de 25,39%. Todavia ocorreu um crescimento do setor entre 1975 e 1993 atingindo uma taxa de 0,25, em seguida o setor regrediu até 2019. Em 1975, o índice de especialização do valor comercial do vinho brasileiro era cerca de -0,89, alcançando em 2016 uma taxa de -0,96, diminuição de 7%. No entanto, houve uma tendência de crescimento de 1975 a 1993 atingindo uma taxa de -0,22, após esse período nota-se uma retração do setor até 2016.

FACET